

Resenha do livro: LEÃO, Delfim F. **Globalização no Mundo antigo: Do *Polites* ao *Kosmopolites***. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

Douglas Alves Ruzon ¹

O autor Delfim F. Leão, Catedrático da Universidade de Coimbra, desenvolveu a obra *Globalização no Mundo Antigo: do *polites* ao *kosmopolites** através da compilação de oito artigos sobre estudos relacionados à política na Antiguidade, abrangendo os períodos arcaico, clássico e helenístico gregos.

O livro divide-se em oito capítulos, sendo o primeiro uma apresentação geral do tema, abordando a vertente política, social e econômica. O autor enfatiza que estes fatores foram fundamentais na transição do regime *oikos* para o regime de *polis*. Ainda neste capítulo podemos apontar estudos gerais da transição do *polites* ao *kosmopolites*, e da cidade-estado grega para a amplitude dos reinos helenísticos. Segundo Leão, “os reinos helenísticos acabaram por recriar efetivamente o cenário de um mundo globalizado, onde os projetos individuais tinham mais peso do que a realização de um ideal comum” (p. 31).

Neste trecho, ainda no primeiro capítulo, o autor trata da ideia de (*ta politika*) uma espécie de altruísmo, substituída pela ideia de (*ta idia*), que privilegia a auto satisfação e a felicidade individual. Delfim Leão ainda aponta: “não tanto porque a grandeza de pessoas singulares não se conseguisse acomodar nas calhas estreitas das obrigações sociais, mas antes porque a fraqueza da sociedade deixara de motivar o indivíduo particular (*idiotes*), libertando-o para o anonimato de um circuito de mobilidade mais vasto. Do *polites* se evoluía assim para o *kosmopolites*, do carácter local da cidade-estado para o mundo globalizado da *oikoumene*”. (p. 31)

¹ Graduando em História pela Universidade do Sagrado Coração. Resenha realizada sob a orientação da Profª. Drª. Lourdes Conde Feitosa, para a disciplina de História Antiga II.

No segundo capítulo, o autor problematiza os conceitos de individual e coletivo no contexto da antiguidade, em uma análise do mito criador da constituição espartana, centrando-se na figura de Licurgo. “Licurgo: o mítico criador da constituição espartana”: que de acordo com uma antiga tradição, seria o fundador da constituição espartana, aquela que nortearia, durante um longo período, a sociedade de uma das mais notáveis *póleis* gregas. Esta constituição — conhecida por “Grande *Rhetra*” — poderá ter sua origem atribuída a vários estadistas, indo de encontro à antiga tradição de seu criador, da qual existem dúvidas sobre sua real existência. Embora persistam estas dúvidas, a figura de Licurgo é sempre levada em consideração em qualquer abordagem histórica sobre Esparta, em que misticismo se funde com a própria origem da sociedade espartana. Licurgo aponta, de maneira mais detalhada, como a interpretação histórica pode ser ampliada a serviço de determinada ideologia, personificada pelos heróis fundadores, num exemplo total de identificação entre a *polis* e o *polites*. (p. 47)

Tratando do conceito da *patrios politeia*, no terceiro capítulo utiliza-se como ponto de partida a autoctonia, já que o autor menciona que no séc. I a.C. o termo já teria vários séculos de utilização, transmitindo o sentido de “alguém que era natural da terra ou nativo” (p.51), como forma de designar dado grupo de pessoas que habitam a mesma região desde tempos imemoráveis, relacionando-os com a de *patrios politeia*. Por meio deste conceito o autor nos mostra, de modo esclarecedor, dois marcantes momentos da história de Atenas.

O primeiro revela o ápice do império ático com a supremacia de Atenas junto a Simaquia de Delos, e como o próprio autor menciona “essa confederação vai permitir à cidade de Atenas estabelecer um verdadeiro império econômico, baseado no poder e na eficácia da frota, e alargar a influência política, favorecendo a instauração de democracias nas *póleis* aliadas”.

Por sua vez, o segundo momento histórico de Atenas é marcado pelos efeitos da Guerra do Peloponeso e dos desmandos da democracia radical que, mergulhada num declínio político e militar, acaba por suscitar um sentimento saudosista acerca da “constituição ancestral” que deveria ser recuperada para inverter a atual situação.

Na polis, o teatro representa um espelho em que tanto o *polites* quanto o *idiotes* acompanham, lado a lado, todos os desafios aos quais a polis se sujeita, seja ela no passado da tragédia ou na utopia da comédia, confrontando-se com os problemas do momento. É esta a temática do quarto capítulo. No teatro, o cidadão se envolvia de tal

maneira que o impacto coletivo abrangia todos os campos de atuação, fosse ele em matéria religiosa, militar, recreativa, financeira e política, ou no plano material presente nos bastidores dos espetáculos, ou ainda, devido ao estudo arraigado presente no desenvolvimento estrutural do *Íon* de Eurípides.

O quinto capítulo nos remete a Atenas da época de Fócion, salientando os conceitos de *polites* e *idiotes*, ao demonstrar a boa convivência de ambos ou como o autor mesmo diz “enquanto a preocupação com o conforto privado não se sobrepuser aos imperativos da comunidade” (p.86). Isto nos remete a uma nova realidade sócio-política do período helenístico e as fontes pesquisadas pelo autor mostram que os conceitos *polites* e *idiotes* puderam conviver pacificamente ou até serem consideradas sinônimas ao distinguir o cidadão comum do privado, que como figura central de um corpo admitido a um grupo, originou a polis. Assim sendo, se a polis vivesse um momento próspero, cada cidadão poderia encontrar o mesmo caminho, porém, se a polis fosse destruída e um grupo de idiotai permanecesse bem, este seria, por sua vez, também arrastado para a ruína.

E é justo este equilíbrio, que se perderá no decorrer do sec. IV a.C. em Atenas, evidenciando a perda de liberdade em comparação com a Macedônia. A figura de Fócion mostra uma expectativa inadequada da realidade até então de se recuperar o passado glorioso de Atenas, além da necessidade de negociação junto aos invasores sobre sua submissão humilhante, no que diz respeito a autonomia de Atenas.

Mas, dada as diversas situações adversas, o “último dos politai” sucumbiria aos *idiotai* descontrolados pelos seus interesses momentâneos, desaparecendo uma das mais notáveis *poleis*, que necessitaria reinventar-se sob o cosmopolitismo da época helenística.

No sexto capítulo, o autor aponta a ideia de cosmopolitismo adotada por Alexandre Magno após a campanha contra a Ásia, o que levaria a sociedade da Grécia Antiga a um lugar que nunca tinham chegado, um processo de transformação político e social em que o soberano teve uma imagem centralizadora como comandante supremo da Hélade; assim, a *homonoia* (igualdade de povos e raças) e a *koinonia* (comunhão) transformam-se em um novo elo de ligação, que evoluiu para uma nova ideologia. Com estes princípios Alexandre lançaria, nas palavras de Leão, “as bases do cosmopolitismo e a experiência de globalização que haveriam de marcar a época helenística”. (p.110)

Outro marco deste período é a representação do cosmopolitismo contido no surgimento de inúmeras cidades frutos do empreen-

dedorismo de Alexandre, a exemplo de Alexandria, a qual é tratada no sétimo capítulo, sendo uma das mais notáveis e emblemáticas dentre estes núcleos urbanos.

Inimaginável nas *póles* clássicas, devido ao fato de conter centenas de milhares de habitantes, e que veio a substituir Mênfis como capital do Egito durante o período ptolomaico, Alexandria deu ênfase a importantes construções como o Farol, Biblioteca e o Museu, possuindo estes dois últimos o exemplo de cosmopolitismo contido no espírito dos novos núcleos helenísticos, objetivando a legitimidade da soberania de Alexandre.

O desenvolvimento da cidade se deu pela fusão cultural, linguística e étnica, possibilitando aos diversos grupos manterem suas próprias identidades, dentre eles um maior destaque aos gregos e/ou macedônicos (elite dominante), os egípcios (nativos) e os judeus.

Os judeus, por sua vez, são merecedores de especial atenção por terem alcançado notáveis benefícios da elite. O autor aponta exemplos como o direito dos gregos manterem suas tradições e leis ancestrais. Um dos exemplos citados foi a tradução pelos *Septuaginta* da Torá para o grego, comparado aos *nomoi*, não se sobrepondo a autoridade real e tendo enorme importância diante de conflitos internos.

O oitavo e último capítulo mostra um exemplo personificado do cosmopolitismo antigo na figura de Paulo de Tarso, em uma análise de sua relação com os diversos locais do mundo helenístico aos quais visitara, registrada nas narrativas contidas no livro dos Atos dos Apóstolos. Este livro é um importante documento de cunho doutrinário, que anuncia a boa nova de Jesus Cristo em várias regiões, na segunda metade do século I d.C., embora mantido a matriz linguística e cultural originárias de uma herança ática.

A figura de Paulo retrata, através de seus discursos, inúmeras sensibilidades que por sua vez trazem novidades perturbadoras através da mensagem cristã, como o demonstrado a respeito da “acusação e a ordem de prisão que Paulo e Silas tiveram de enfrentar, em Filipos, depois de o apóstolo ter exorcizado uma escrava que se dedicava a adivinhação” (p.130). Este relato nos ajuda a compreender suas hábeis estratégias de argumentação usadas diante de seus ouvintes, justificando o fato de Paulo, por ser oriundo de Tarso e ser grego, romano, judeu e cristão, tornar-se um verdadeiro *kosmopolites*.

O presente trabalho do autor Delfim Leão traz um panorama do mundo grego desde os tempos das guerras Medo-Persas (séc. V a. C.) até o início da era cristã, com a peregrinação de Paulo de Tarso a diversas regiões gregas. Este exemplo nos permite compreender

o conceito de cidadania usado nas diversas *polis* do antigo império ático e o significado de cosmopolitismo vivido na cidade de Alexandria, onde o conceito de cidadania é observado na figura de Paulo, exemplo de pessoa na qual se resume toda a fusão de origens, culturas, línguas e religiões que permeavam a complexa composição do significado de cidadania na antiguidade.

